

O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart¹

Marlene de Fáveri²

Resumo: Heloneida Studart (1932-2007), feminista, jornalista, escritora, sindicalista, política e militante pelos direitos das mulheres, esteve na cidade do México no ano de 1975, enviada pela revista *Manchete* para dar cobertura a I Conferência Mundial sobre as Mulheres, evento que aprova um Plano de Ação e proclama a Década da Mulher na ONU, 1975-1985. Este trabalho pretende dar visibilidade a militância de Heloneida, a partir de sua participação na Conferência, tendo como fontes os textos que escreveu na revista *Manchete*, e as apropriações de leitoras e leitores sobre seus textos, problematizados na perspectiva da cultura política, das relações de gênero e das lutas feministas. Investiga a articulação entre modelos prescritos para o feminino, as reivindicações de mulheres que emergiram na cena pública, veiculadas pela jornalista na revista, aqui entendida como produtora de sentidos e disseminadora de imagens sobre o Brasil e seus movimentos, com foco no Feminismo .

Palavras chave: Feminismo, Heloneida Studart, Ano Internacional da Mulher, Revista *Manchete*.

Este artigo tem por objetivo dar visibilidade aos textos publicados na revista *Manchete* no ano de 1975, por ocasião da decretação do Ano Internacional da Mulher, com foco nos textos da feminista Heloneida Studart. As fontes de análise são narrativas publicizadas neste impresso problematizadas na perspectiva da cultura política no Tempo Presente, quando reivindicações de mulheres e o Feminismo passaram a fazer parte de algumas mídias, e as mulheres começavam a aparecer no cenário público. Entendo que para compreender uma época, é necessário analisar a experiência ali vivida pelas pessoas, seus desejos, representações que permeiam o cotidiano, e que produzem sentidos; neste caso, um impresso que disseminava imagens sobre o Brasil.

Sendo que impressos são meios de comunicação midiáticos, formadores de opinião e não neutros, os leitores e as leitoras que liam estes impressos compartilhavam de diferentes visões de mundo. As ideias do Feminismo que aparecem na *Manchete* evidenciam movimentos dentro de determinadas disputas e tensões, ou de culturas políticas no plural, onde, “os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores de diferentes culturas políticas e são usados propositadamente com tal fim”. (MOTTA, 2009: 24). Na década de 1970 e neste caso, no ano de 1975, as mulheres, na sua grande maioria

¹ Projeto: Entre imagens e discursos: representações sobre mulheres e feminismos na Revista *Manchete* (1952 a 1985). UDESC, PIC. Agradeço a bolsista Milene Chagas de Souza nesta pesquisa

² Doutora em História, Professora do curso de graduação e do programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Membro do Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF/FAED/UDESC. E-mail: mfaveri@terra.com.br.

estavam vivendo sob os domínios de um sistema machista, patriarcal; os questionamentos sobre a ausência de direitos, a exclusão das mulheres da cena pública são temas que passam a fazer parte da cultura política do país. Numa sociedade marcada por preconceitos arraigados, espaços dominados pelos homens, discriminações, violências que eram invisibilizadas, e uma ideologia que procurava garantir espaços, posições e interesses de um grupo, era evidente a “submissão de uns e a dominação de outros”, buscando a hegemonia de uma classe. (CHARTIER, 1994, p. 17). O Brasil dos anos dos anos de 1970 vivia um regime ditatorial, caracterizado pela subordinação do Legislativo frente ao poder Executivo, perseguição aos opositores do regime, clandestinidade de partidos políticos de esquerda, proibições do direito de reunião, ou seja, era um tempo em que falar de direitos era difícil. As proposições acerca de questões dos direitos das mulheres perpassavam o mundo do trabalho, direitos previdenciários, e não era do interesse de parlamentares.

Em 1976, o Congresso instala em 1976 a CPI da Mulher, com o objetivo de examinar a sua situação nos diversos setores de atividades; foi criado no torvelinho das ações da Organização das Nações Unidas - ONU³ para promoção dos direitos das mulheres, incentivada pela primeira Conferência Mundial sobre a Mulher no México, em 1975, quando foi estabelecido o Ano Internacional da Mulher (instituído no dia 18 de dezembro de 1972 em Assembleia Geral das Nações Unidas); e a Declaração da Década da Mulher, entre período de 1976-1985. Estas datas têm historicidade, e remontam ao dia 8 de março 1857, quando mulheres trabalhadoras das indústrias têxteis de Nova Iorque se sentiam exploradas e protestaram, sendo duramente reprimidas.⁴ A década de 1970 marca as lutas que a precederam para que o movimento feminista internacional tivesse força, culminando com estas decretações e manifestações abertas contra o sexismo e as desigualdades entre homens e mulheres. Em meados dessa década, aparecem vozes denunciando a violência contra as mulheres, as quais passam a exigir do Judiciário a criminalização dos homens que

³ A ONU foi fundada em 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial; tinha o objetivo de deter a guerra entre países e proporcionar o diálogo. Em Assembleia Geral, em 10 de dezembro de 1948, a ONU reafirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, classe social ou riqueza.

⁴ Posteriormente, em 1908, numa marcha na mesma cidade, mulheres reivindicaram melhores condições de trabalho, qualidade de vida e o direito ao voto. Mas foi em 1913, durante uma conferência mundial das organizações socialistas (na Dinamarca), a revolucionária alemã Clara Zetkin propôs o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, data que passou a estimular manifestações e lutas por participação e equidade de direitos com os homens na sociedade; em 1975 a ONU proclama oficialmente esta data, e, em 1977, o estabeleceu como o Dia Internacional pelos Direitos da Mulher e da Paz Internacional.

assassinavam suas ex-mulheres, ou companheiras, com a justificativa da legítima defesa da honra; tese esta sempre usada pelos advogados de defesa para desqualificar a imagem das mulheres assassinadas na garantia da absolvição dos réus. Um caso que ficou nos anais das lutas neste sentido foi o assassinato de Ângela Diniz por seu companheiro Raul Fernando Street, o Doca Street, em 30 de dezembro de 1976, em Búzios; crime que provocou manifestações na imprensa em geral e fez gerar uma série de debates sobre as condições de violência contra mulheres.

Heloneida Studart passa a dar visibilidade a estes assuntos através de notícias na *Manchete*, periódico no qual foi redatora entre 1970 e 1978. Jornalista, política, feminista, escritora, sindicalista, feminista, era natural de Fortaleza, Ceará, proveniente de uma família da elite tradicional e conservadora, onde frequentou os melhores colégios de referência católica. Trabalhou no Ministério da Fazenda, e, no início dos anos de 1950 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou Ciências Sociais. Trabalhou no SESI - Serviço Social da Indústria, onde teve envolvimento com as classes populares, sindicalizando-se e tomando consciência dos problemas dos operários. Foi detida pelo AI5, por fazer oposição ao regime militar e engajar-se no Sindicato (SENALBA - Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Município do Rio de Janeiro); ao sair da prisão, ingressou na revista *Manchete* como redatora, onde permaneceu por oito anos.

Heloneida Studart foi uma das vozes mais atuantes nas lutas a favor dos direitos das mulheres e contra a opressão e preconceitos vividos na sociedade; e isto aparece nas diferentes esferas onde atuou e nos livros e textos que escreveu; destacou-se também por propor leis em benefício das mulheres e trabalhadoras/es, eleita com expressiva votação para deputada estadual no Rio de Janeiro em 1978, dando continuidade às lutas feministas na vida parlamentar exerceu vários cargos importantes, como por exemplo, vice-presidente da Comissão Parlamentar de Controle do Meio Ambiente, de 1979 a 1980; presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de 1981 a 1982; integrante das comissões especiais relativas aos direitos da mulher, no que diz respeito aos direitos reprodutivos; vice-líder da bancada do PT; e, de 1995 a 1999. Presidiu a comissão especial destinada a apurar as formas de arrecadação e distribuição dos direitos autorais no Rio de Janeiro. Ainda foi presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos. Fez parte da história da Assembleia Constituinte (Constituição de 1988), onde participou do

chamado "lobby do batom", cujo lema era "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher". Com afinco as lobistas garantiram o direito de a mulher ser considerada chefe de família, o fim do pátrio-poder e da administração dos bens somente pelo homem, bem como o reconhecimento de igualdade salarial para ambos os sexos, e a conquista de quatro meses de licença-maternidade.

Na década em que Heloneida Studart como redatora da revista *Manchete*, havia “disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985,” como aponta Joana Maria Pedro (PEDRO, 2006: s/p). No Brasil, dentro das lutas pelo fim deste regime militar, mulheres organizam grupos de reflexão, considerados “como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura, e, portanto, para os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão.” (PEDRO, s/p).

Na época, o movimento feminista se afirmava enquanto espaço para ações políticas e lutas em favor dos direitos das mulheres, com reivindicações específicas, mostrando que as mulheres eram um grupo oprimido, colocando em foco seus problemas, e questionando uma suposta natureza feminina fixa. Nesse sentido, as mulheres historicamente foram vítimas de um poder opressor, permeado de as relações de gênero, não binárias, culturais, e passíveis de serem modificadas. O Feminismo é entendido como um compromisso político para pôr fim à sujeição das mulheres; e luta contra todas as formas de opressão da vida, as violências, pelo fim do sexismo, da exploração sexual, da desigualdade de direitos, da discriminação, dos preconceitos, e luta por justiça social. Para a historiadora Joan Scott, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro elemento de dar significado às relações de poder” (1990:15), campo de forças sociais que constituíram relações desiguais entre homens e mulheres; também entre homes e homens, mulheres e mulheres.

As representações sobre mulheres e homens, e as ideias acerca do Feminismo contidas nos textos de Heloneida Studart que fazem parte de uma cultura política que produz sentidos e forma imaginários. Durante a década de 1970 os meios de comunicação começam a dar ênfase aos assuntos ligados a sexualidade; prazer e métodos anticoncepcionais; educação; os padrões de beleza, cujos discursos apontavam para representações do feminino onde se

pode perceber referências de gênero (OLIVEIRA, 2005). Na *Manchete*, esses assuntos eram comentados quase exclusivamente por Heloneida Studart.

Em meio a estes acontecimentos Heloneida Studart, então redatora na *Manchete*, foi porta-voz de denúncias acerca da condição das mulheres; o faz com uma escrita feminista que chamava a atenção de leitores e leitoras, e lhe permitia ter voz autorizada. No dia 18 de janeiro de 1975, Heloneida fez a reportagem na *Manchete* sobre o Dia Internacional da Mulher, intitulada: “75, o ano da Mulher”. Abrindo esta reportagem, aparece a fotografia de uma mulher branca, jovem; está nua com as partes íntimas cobertas, expressando sensualidade:



Imagem 1: Revista *Manchete*, nº1187, 18/01/1975: 26–7.

É uma imagem sensual, disposta em duas páginas e de forma vertical, o que deve ter sido alvo de escolha pela editoria como estratégia de marketing para chamar a atenção e

provocar a leitura, produzir sentidos, “como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente.” (MAUAD, 1996:7). Observo que a mulher ali apresentada não expressa o padrão das mulheres brasileiras, um país cuja mestiçagem e a diversidade se fazia presente, bem como omite as mulheres de diferentes classes sociais. A década de 1970 convive com a contracultura, os novos modismos, o afrouxamento dos códigos da sexualidade (NECKEL, 2007), e o uso de uma imagem bastante sexualizada já era possível e aceita na cultura brasileira. Dulcília Buitoni mostra que “O auge do consumo nas revistas brasileiras acontece nesta década”, quando pesquisas passaram a fazer parte dos temas de reportagens, evidenciando um produto cultural que criava necessidades de consumo, e a maior parte das revistas⁵ em circulação reflete o “espírito da época”; e privilegiam assuntos como moda, beleza, decoração, culinária, e que “o produto mais veiculado nas revistas gerais, e nas femininas e masculinas, foi o sexo” (BUITONI, 1981:104-105).

No lado direito da imagem, o texto explicita que:

Foram precisos sete mil anos de História – contando-se do momento em que o homem começou a marcar as primeiras inscrições na pedra – para que a mulher tivesse, finalmente, a atenção voltada para os seus problemas específicos. Isso aconteceu no dia 18 de dezembro de 1972, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 1975 o Ano Internacional da Mulher. (...) O ano de 1975 será, portanto, um ano de reivindicações feministas. Em que as mulheres, como qualquer outra categoria oprimida, pretendem dizer vários bastas e proclamar outros tantos vivas. (MANCHETE, nº1187, 18/01/1975: 26)

Na análise do texto, o núcleo discursivo de Heloneida Studart são mudanças nas relações sociais entre homens e mulheres; faz referência a períodos históricos com intuito de demonstrar que as mulheres sofrem há muito tempo com as desigualdades e a opressão, e as chama de “categoria oprimida” com ênfase no Ano Internacional da Mulher como um “ano de reivindicações feministas”.

Nas duas páginas seguintes são compostas por fotografias de mulheres intelectuais, como Simone de Beauvoir, Betty Friedman e Kate Millet, feministas reconhecidas mundialmente por suas militâncias e obras que eram referência nos estudos feministas. Outras

⁵A revista *Claudia*, criada em outubro de 1961, exemplifica esse espírito, configurando-se num veículo do ideal de modernização conservadora da época, trazia reportagens sobre sexo e sexualidade que possibilitada alguns avanços, sem romper com o modelo tradicional. (Ver DUARTE, 2005).

imagens são fotografias de mulheres que estavam na cena pública e de representatividade política: Indira Gandhi, Primeira-Ministra da Índia; Golda Meir, ex-Primeira-Ministra de Israel; Maria de Lurdes Pintassilgo, ministra de Assuntos Sociais de Portugal; Glória Steinem, jornalista e escritora feminista. Por certo a escolha das fotografias não aconteceu de forma aleatória, dado que representavam tanto reações ao modo como o sexismo discriminava as mulheres, quanto o empoderamento na cena pública, demonstrando a inserção na política. Heloneida não descreve as funções de destaque das mulheres que ilustram a página; as cita como se para legitimar seu discurso e a importância delas no cenário internacional.

Os discursos que seguem são de denúncias sobre a situação das mulheres e as relações entre os sexos, como se refere:

Ao ficar para trás, aquecendo a primeira panela, a mulher se viu condenada a aquecer outras panelas, pelos séculos dos séculos, enquanto o homem foi utilizando progressivamente da roda, o motor, a eletricidade, a fissão do átomo. [...] “É em torno desta panela, ancestral que muitos querem que a mulher em 1975 viva, como vivia a sua antepassada do neolítico”. (MANCHETE, nº1187, 18/01/1975: 28)

As referências que se destacam no texto são iniciativas de lutas e reivindicações e grupos feministas de países como Estados Unidos, França, Itália, como nota-se no excerto:

Nos Estados Unidos, a National Organization of Women (NOW), liderada por Betty Friedan, duplicou seus grupos de libertação. Na França, sob o comando de Françoise Giroud, ministra para os Assuntos Femininos e com o apoio de Simone Weil, ministra da Saúde, as mulheres obtiveram a legislação do aborto. Na Itália, votaram decididamente a favor do divórcio. Nos Estados Unidos, ganharam lugares nos parlamentos. E nos chamados países em desenvolvimento, se incorporaram a todos os esforços pelo progresso dos povos, tentando – embora em sempre com sucesso – entrar no mercado de trabalho e atuar no processo civilizatório. (MANCHETE, nº1187, 18/01/1975: 28)

O destaque para Betty Friedan denota a importância da feminista, fundadora National Organization of Women (NOW), organização criada em outubro de 1966, em Washington, que denunciava as ideias sexistas, o consumismo que convertia as mulheres em objetos, e os costumes e preconceitos existentes na sociedade (DUARTE, 2006); cuja militância era conhecida no Brasil através da imprensa, e pela publicação de *Mística feminina* (1963), lançado no Brasil em 1971, ano em que esteve no país para o lançamento da obra e concedeu

entrevistas a jornalistas brasileiros, causando polêmica.⁶ Nas décadas de 1960 e 1970, e Betty Friedan compartilhava das ideias em torno dos grupos das esquerdas que pretendiam a emancipação da classe operária por meio da socialização dos meios de produção, quando a economia dava claros sinais de crise, e os países do Terceiro Mundo sofriam com a dependência; Friedan era voz autorizada, reconhecida como representante do Feminismo, com clara visão do global. Eric Hobsbawm analisa os anos de 1970 como o início do que chamou de “Décadas da Crise”, percebidas como aumento da desigualdade, economia de mercado impotente para resolver os problemas cruciais, advindos da explosão demográfica mundial, especialmente nos países pobres, e do capitalismo que reinava absoluto, aliado a tecnologia e desemprego. (HOBSBAWM, 1995)

Outras mulheres são citadas por exercerem funções importantes e atuarem na promoção e aprovação de leis sobre o aborto e o divórcio, na França, e inserção no parlamento nos Estados Unidos, temas polêmicos no Brasil. O divórcio no Brasil foi aprovado em 1977, e o aborto continua na pauta feminista, gerando polêmicas e enfrentamentos com os grupos conservadores e religiosos.

Como foi citado, através das páginas da *Manchete* Heloneida Studart dá visibilidade ao Ano Internacional da Mulher no mês de janeiro de 1975, e enuncia “um ano de reivindicações feministas”. Em junho de 1975, Helonieda foi enviada especial para dar cobertura a *I Conferência Mundial da Mulher*, realizada de 16 de junho a 02 de julho de 1975, na cidade do México, assistida por 14 mil representantes de 113 países, dentre estas, delegadas de todos os continentes, e organizações não-governamentais, cujo lema foi “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Na *Conferência*, a Organização das Nações Unidas - ONU anuncia a Década da Mulher (1976-1985), e aprova um Plano de Ação, com os temas centrais: igualdade entre os sexos; integração da mulher no desenvolvimento; e promoção da paz. Na ocasião, foram consolidadas novas organizações como o Centro da Tribuna Internacional da Mulher, e o Instituto Internacional de Fundo Voluntário para a Mulher das Nações Unidas. Sobre esta participação, Heloneida escreveu a reportagem intitulada “O mundo é das Mulheres”, publicada na *Manchete*, na data de 05 de julho de 1975.

Paralelamente as reportagens que assinava, a jornalista escrevia na coluna *Leitura Dinâmica*, durante 1970 e 1978. Seus textos curtos e por vezes irônicos trazem denúncias e críticas acerca da condição das mulheres, como a discriminação e a desigualdade social e

⁶ Entrevistada por Millôr Fernandes e outros articulistas do *Pasquim*, e, antifeministas que eram, eles a ridicularizaram e distorceram os fatos.

salarial; as violências sofridas pelas mulheres; ao consumismo exagerado; os crimes sexistas; o casamento e os costumes machistas, dentre outros, estavam na pauta desta coluna, temas estes que estavam pulsantes no contexto da contracultura e da contestação dos costumes à época, com abordagens que apontavam para situações que envolviam as mulheres, evidenciando sua militância nas reivindicações na igualdade de direitos. Falava de temas polêmicos, como o divórcio, o aborto, as conquistas das mulheres, sexo e sexualidade, casamento, homossexualidade, pílula anticoncepcional, enfim, temas que estavam pulsantes no contexto da contracultura e da contestação dos costumes. Em 1974, por exemplo, publicou *Mulher: objeto de cama e mesa*, pequeno livro composto de textos concisos, geralmente frases e imagens chocantes para a época, que tornou-se leitura obrigatória para as mulheres que estavam nas redes feministas. Cecília Cunha, num texto sobre Heloneida Studart, mostra que ela estava

Em sintonia com a militância feminista, atuava no jornalismo, tendo trabalhado como redatora do programa de Cidinha Campos na rádio *Manchete*, e, com a sugestão de uma pauta de Juca Chaves, Heloneida, em conjunto com Rose Marie Muraro, escreveu um roteiro que causou muito impacto: *Homem não entra*.⁷ Depois, esse mesmo texto foi levado aos palcos de várias cidades brasileiras, experiência que durou cinco anos, sacudindo as mentes femininas que lotavam os teatros para discutir as mais diversas questões que emergiam a partir do monólogo. (CUNHA, 2008: 273)

A participação de Heloneida como redatora da revista *Manchete* teve grande importância na medida em que ela foi a principal porta-voz desse semanário acerca da condição das mulheres, ao dar visibilidade ao que se passava pelo mundo e denunciando desigualdades e o sexismo no Brasil. Naquele momento, falar da condição das mulheres e da violência por elas sofridas era ainda pouco visível na imprensa; era uma época de profundas mudanças na sociedade brasileira, e seus textos colaboravam para a divulgação do Feminismo, o que faz parte da cultura política que evidencia o pensamento e as ideias de seu tempo, marcando, portanto, memórias sociais e históricas da década de 1970. Nestes textos, Heloneida expressou ideias que estavam sendo debatidas, tanto no cenário nacional quanto internacional; citava obras de autoria de intelectuais e militantes do Feminismo, e isso num momento da história do país que beirava o conservadorismo, vivia-se uma ditadura militar, e havia censura a temas polêmicos e os assuntos que abordava abalavam as estruturas sociais moveções da época.

⁷ A peça teatral *Homem Não Entra* ficou em cartaz durante cinco anos, e representou um marco do teatro brasileiro nos anos 1970, defendendo bandeiras relativas ao avanço e à promoção das mulheres.

O Ano Internacional da Mulher foi marco para os movimentos em prol da busca da equidade de gênero, porque fez levantar problemas até então imersos e não visibilizados. À I Conferência Mundial da Mulher, seguiram-se outras três: a *II Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, Copenhague, Dinamarca, em 1980; a *III Conferência Mundial sobre a Década da Mulher*, Nairobi, Quênia, de 15 a 26 de julho de 1985; e a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*, Pequim, China, de 04 a 15 de setembro de 1995; nesta última, compareceram mais de 180 países e cerca de 35.000 pessoas. Estas Conferências contribuíram como ponto de convergência das atividades coordenadas em favor dos direitos da mulher e sua participação na vida política e econômica, adquirindo dimensão global. No dia 2 de julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU votou por unanimidade a criação do órgão para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), que passou a funcionar em 1º de janeiro de 2011.⁸

Heloneida Studart acompanhou estes acontecimentos até o ano de 2007, quando nos deixou; como redatora na revista *Manchete* contribuiu na divulgação dos problemas vividos pelas mulheres, na visibilidade dos debates sobre as ideias Feministas. Notadamente, mostrou experiências de mulheres, especialmente as mais pobres e do Terceiro Mundo; suas reivindicações tem clareza de que eram os problemas *da mulher*, uma categoria de identificação e que as unia por situações comuns.

Referências

BUITONI, Dulcília Helena Schoroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

⁸ Este órgão reúne quatro agências e escritórios da Organização: o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW); o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW), encarregado de acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.1, jan./abr. 2008, p. 271-276,

DUARTE, Ana Rita Fonteles Duarte. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**, v.14, n.1, Florianópolis Jan./Apr. 2006, p. 287-293.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-12991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interface. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. IN: **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13- 37.

NECKEL, Roselane. A “Ciência Sexual” e os “Guias” do “Casal Moderno”. WOLFF, C. S.; FÁVERI, M.; RAMOS, T. R. O. (orgs). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007, p. 239-255.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva. Representações da beleza feminina na imprensa: uma leitura a partir das páginas de *O Cruzeiro*, *Cláudia* e *Nova* (1960/1970). In: FUNCK, Susana B.; WILDHOLZER, Nara (orgs). **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 52, v. 26, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Captado em 13 de maio de 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre 16 (2):5-22, jul/dez. 1990, p. 05-22.